



JORNAL OFICIAL

I SÉRIE – NÚMERO 111
QUINTA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2012

ÍNDICE:

**VICE-PRESIDÊNCIA E SECRETARIAS REGIONAIS DO TRABALHO E
SOLIDARIEDADE SOCIAL E DO AMBIENTE E DO MAR**

Portaria n.º 78/2012:

Estabelece os procedimentos e as demais condições necessárias à atribuição, aplicação, manutenção e fiscalização, na Região Autónoma dos Açores, do apoio social extraordinário ao consumidor de energia elétrica (ASECE) estabelecido no



Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro.

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE

Portaria n.º 79/2012:

Estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição de medicamentos, os modelos de receita médica e as condições de dispensa de medicamentos, bem como define as obrigações de informação a prestar aos utentes.

**JORNAL OFICIAL****VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL, S.R. DO TRABALHO E
SOLIDARIEDADE SOCIAL, S.R. DO AMBIENTE E DO MAR**

Portaria n.º 78/2012 de 12 de Julho de 2012

O Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, estatuiu a tarifa social de fornecimento de energia elétrica, com o intuito de assegurar mecanismos de proteção a clientes finais economicamente vulneráveis, procurando tornar efetiva a garantia de acesso a todos os consumidores ao serviço essencial de fornecimento de energia elétrica, mediante a concessão de desconto na tarifa de acesso às redes.

Perante a atual conjuntura financeira e económica, torna-se necessário adotar medidas adicionais e complementares de proteção dos consumidores.

Assim, no âmbito do Programa de Emergência Social, é criado o apoio social extraordinário ao consumidor de energia (ASECE), através do Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro.

Este apoio social destina-se a pessoas singulares que se encontrem em situação de beneficiar da tarifa social de eletricidade, criada pelo Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, e corresponde a um desconto no preço da eletricidade e de gás natural de que são beneficiários clientes finais economicamente vulneráveis.

Na Região Autónoma dos Açores, não existindo gás natural, apenas se aplica o apoio social extraordinário ao consumidor de energia elétrica.

Visando regular a sua aplicação, o n.º 3 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro, prevê que os procedimentos, os modelos e as demais condições necessárias à atribuição, aplicação e manutenção do ASECE, bem como a sua fiscalização, sejam estabelecidos em portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da segurança social e da energia.

Para esse efeito, foi publicada a Portaria n.º 275-B/2011, de 30 de setembro, que define um conjunto de normas disciplinadoras dos procedimentos de atribuição, manutenção e fiscalização do ASECE, que não se aplica à Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 2 do seu artigo 1.º, cabendo, desta forma, às entidades da administração regional autónoma com competência em matéria de finanças, de segurança social e de energia defini-los.

Manda o Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, pelo Vice-Presidente do Governo Regional e pelos Secretários Regionais do Trabalho e Solidariedade Social e Ambiente e Mar, ao abrigo do disposto do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro, e no uso das competências conjuntas da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º, da alínea a) do artigo 13.º e da alínea h) do artigo 16.º, todos do Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 31 de dezembro, o seguinte:

**JORNAL OFICIAL**

1. A presente portaria estabelece os procedimentos e as demais condições necessárias à atribuição, aplicação, manutenção e fiscalização, na Região Autónoma dos Açores, do apoio social extraordinário ao consumidor de energia elétrica (ASECE) estabelecido no Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro.

2. O ASECE, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro, é calculado mediante a aplicação de um desconto em percentagem nas faturas de eletricidade dos clientes finais elegíveis.

3. São considerados clientes finais elegíveis, para efeitos de aplicação do ASECE, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, por remissão do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro, os clientes finais economicamente vulneráveis que se encontrem nas seguintes situações:

- a) Os beneficiários do complemento solidário para idosos;
- b) Os beneficiários do rendimento social de inserção;
- c) Os beneficiários do subsídio social de desemprego;
- d) Os beneficiários do primeiro escalão do abono de família;
- e) Os beneficiários da pensão social de invalidez.

4. O pedido de atribuição do ASECE é realizado pelos meios disponibilizados para o efeito pelo comercializador de energia elétrica, devendo ser assegurada a possibilidade de solicitação por via eletrónica.

5. No momento da formulação do pedido, previsto no número anterior, o cliente concede a sua autorização ao comercializador de energia elétrica para efetuar o tratamento dos dados relativos ao ASECE.

6. A autorização prevista no número anterior é dispensada no caso de o cliente ter consentido tratamento, pelo comercializador de energia elétrica, dos dados relativos à tarifa social nos termos do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro.

7. O processo de confirmação pelo comercializador de energia elétrica da situação dos clientes enquanto beneficiários de alguma das prestações sociais previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, e no n.º 2 da presente portaria, para atribuição do ASECE é efetuado preferencialmente através de meios eletrónicos, a disponibilizar pelas instituições de segurança social competentes e formalizados em protocolo a estabelecer com o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, IPRA, adiante designado por IDSA, IPRA, com as competentes entidades nacionais e regionais, devendo este acompanhar a devida notificação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

8. As instituições de segurança social prestam a informação solicitada pelo comercializador de energia elétrica através de meios eletrónicos, nos termos do número anterior.

**JORNAL OFICIAL**

9. Após confirmação junto das instituições de segurança social competentes de que o cliente é beneficiário de alguma das prestações sociais previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, e no n.º 2.º da presente portaria, o comercializador de energia elétrica procede à aplicação do desconto previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro.

10. É dispensada a confirmação prevista nos números anteriores em relação a todos os clientes que sejam beneficiários da tarifa social nos termos do Decreto-Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro, sendo, nessa circunstância, automaticamente aplicável o ASECE, pelo comercializador, sem necessidade de solicitação pelo cliente.

11. Os clientes que acumulem o ASECE com o regime da tarifa social previsto no Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de Dezembro, e enquanto beneficiem desta tarifa, mantêm a elegibilidade para a atribuição daquele apoio.

12. Para os clientes que não acumulem o ASECE com o regime da tarifa social, o comercializador de energia elétrica solicita através de meios eletrónicos, às instituições de segurança social competentes, entre abril e junho de cada ano, a atualização para cada um dos clientes da informação que lhe tenha sido prestada para efeitos de atribuição do ASECE.

13. As instituições de segurança social competentes comunicam, através de meios eletrónicos, ao comercializador de energia elétrica a informação solicitada nos termos do número anterior.

14. A qualidade de beneficiário do primeiro escalão de abono de família, cujas prestações sejam processadas fora do sistema de informação da segurança social, designadamente as que são geridas pelos serviços processadores de remunerações da administração pública e pelas caixas de atividade ou de empresas subsistentes, é comprovada por apresentação de declaração das respetivas entidades gestoras, emitida a pedido dos beneficiários em prazo não superior a cinco dias úteis.

15. O comercializador de energia elétrica verifica a informação prevista no n.º 2, relativa aos clientes e cessa a aplicação do desconto em causa, no prazo de dez dias úteis, se verificar que os mesmos não observam os critérios de elegibilidade para manutenção do ASECE.

16. O comercializador de energia elétrica deve promover a divulgação de informação sobre a existência do ASECE e a sua aplicação aos clientes finais economicamente vulneráveis com instalações alimentadas em baixa tensão (BT) normal com potência contratada até 4,6 kVA, através da sua página na Internet e em documentação que integre ou acompanhe as faturas enviadas aos clientes, obrigação prevista no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro.

17. Para efeitos de atribuição ou manutenção da aplicação do ASECE, presume -se que a morada indicada pelas instituições de segurança social competentes corresponde à residência

**JORNAL OFICIAL**

permanente do beneficiário de alguma das prestações sociais previstas no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de setembro, e no n.º 2.º da presente portaria.

18. Em tudo o que não estiver previsto na presente portaria, aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 102/2011, de 30 de setembro, e subsidiariamente no Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro.

19. A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vice-Presidência e Secretarias Regionais do Trabalho e Solidariedade Social e do Ambiente e do Mar.

Assinada em 19 de março de 2012.

O Vice-Presidente do Governo, *Sérgio Humberto da Rocha de Ávila*. - A Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, *Ana Paula Pereira Marques*. - O Secretário Regional do Ambiente e do Mar, *José Gabriel do Álamo de Meneses*.

S.R. DA SAÚDE**Portaria n.º 79/2012 de 12 de Julho de 2012**

A Portaria n.º 70/2011, de 4 de agosto, veio estabelecer o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição eletrónica, bem como o regime transitório da receita manual de medicamentos.

Não obstante o princípio geral de obrigatoriedade da prescrição se realizar de forma eletrónica, salvaguardaram-se as situações que dificultam ou impedem o uso da prescrição eletrónica, sendo, nessas condições restritas, excecionalmente, permitida a adoção da receita manual.

Interessa, assim, assegurar que, para os casos em que a prescrição apenas possa ser feita de forma manual, se adotem os mecanismos e medidas especiais de segurança que garantam a integridade do sistema associado à prescrição manual. Deste modo as receitas manuais passam a ser validadas através da introdução de um novo modelo de vinhetas, emitido pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Por outro lado, importa atender a que, em termos da prescrição de medicamentos, a tendência internacional, norteia-se pela prescrição de genéricos, sendo uma prática inquestionavelmente segura.

Tal prescrição torna-se uma vantagem económica, para os utentes porque estes medicamentos são substancialmente mais baratos do que o medicamento de referência, e para o Serviço Regional de Saúde, porque permite uma melhor gestão dos recursos disponíveis.

**JORNAL OFICIAL**

Assim, promove-se a transparência na prescrição médica; por outro, cultiva-se o *empowerment* dos utentes na livre escolha entre medicamentos equivalentes.

Aliás a nível nacional, a Portaria n.º137-A/2012, de 11 de maio dispõe, entre outros requisitos, que a prescrição de medicamentos deve incluir obrigatoriamente a respetiva denominação comum internacional (DCI) da substância ativa.

Ora, considerando que a racionalidade, transparência e monitorização, são elementos cruciais para uma política do medicamento centrada no cidadão, não descurando a evidência científica e as boas práticas;

Assim, manda o Governo Regional, pelo Secretário Regional da Saúde, de acordo com o estabelecido nas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º**Objeto**

A presente portaria estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição de medicamentos, os modelos de receita médica e as condições de dispensa de medicamentos, bem como define as obrigações de informação a prestar aos utentes.

Artigo 2.º**Âmbito**

1 — A presente portaria aplica -se a todos os medicamentos de uso humano sujeitos a receita médica, incluindo medicamentos manipulados e medicamentos contendo estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, dispensados em farmácias de oficina ou pelos serviços farmacêuticos das unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores que se destinem a ser comparticipados pelo Serviço Regional de Saúde (SRS) no seu preço, independentemente do seu local de prescrição, sem prejuízo da sua aplicação por outros subsistemas de saúde.

2 — A presente portaria aplica -se ainda à prescrição e dispensa pelas farmácias de oficina de outros produtos comparticipados pelo SRS no seu preço, designadamente produtos para autocontrolo da diabetes *mellitus* e produtos dietéticos.

3 — A prescrição eletrónica de medicamentos pode ser utilizada para prescrição de medicamentos não comparticipados.

Artigo 3.º**Definições**

Para efeitos do disposto na presente portaria, entende-se por:

a) «Prescrição por via eletrónica» a prescrição de medicamentos resultante da utilização de soluções ou equipamentos informáticos;

**JORNAL OFICIAL**

b) «Prescrição por via manual» a prescrição de medicamentos efetuada em documento pré-impresso;

c) «Materialização» a impressão da receita médica resultante da prescrição efetuada por meios eletrónicos.

Artigo 4.º

Modelos de receita médica

Os modelos de materialização e pré-impresso da receita médica resultante da prescrição por via eletrónica e manual são aprovados por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde.

Artigo 5.º

Regras de prescrição

1 — A prescrição de medicamentos efetua -se mediante receita médica, devendo obedecer às disposições legais em vigor e, quando aplicável, atender às normas de orientação clínica que venham a ser emitidas.

2 — A prescrição de um medicamento inclui, obrigatoriamente, a respetiva denominação comum internacional da substância ativa, a forma farmacêutica, a dosagem, a apresentação e a posologia.

3 — A prescrição de medicamentos é feita por via eletrónica, sem prejuízo de, excecionalmente e nos casos previstos no artigo 8.º da presente portaria, poder ser feita por via manual.

4 — Em cada receita médica podem ser prescritos até quatro medicamentos distintos, não podendo, em caso algum, o número total de embalagens prescritas ultrapassar o limite de duas por medicamento, nem o total de quatro embalagens, salvo o disposto nos n.ºs 5 e 6.

5 — Excetua-se do disposto no número anterior a prescrição de medicamentos para dispensa ao público em quantidade individualizada, sujeita a regulamentação própria.

6 — Podem ser prescritas numa receita até quatro embalagens do mesmo medicamento no caso de os medicamentos prescritos se apresentarem sob a forma de embalagem unitária, entendendo -se como tal aquela que contém uma unidade de forma farmacêutica na dosagem média usual para uma administração.

7 — A prescrição de medicamentos contendo uma substância classificada como estupefaciente ou psicotrópica, compreendidas nas tabelas I a II anexas ao Decreto -Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, ou qualquer das substâncias referidas no n.º 1 do artigo 86.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, não pode constar de receita onde sejam prescritos outros medicamentos.



8 — Os medicamentos a que se refere a tabela n.º 2 aprovada em anexo à Portaria n.º 1471/2004, de 21 de dezembro, na sua redação atual, podem ser prescritos em receita eletrónica renovável, sem prejuízo das adaptações e especificações que venham a justificar -se, a aprovar por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde.

Artigo 6.º

Prescrição de medicamentos comparticipados

1 — À prescrição de medicamentos comparticipados aplicam -se as regras previstas no artigo anterior e as definidas nos números seguintes.

2 — A prescrição pode, excecionalmente, incluir a denominação comercial do medicamento, por marca ou indicação do nome do titular da autorização de introdução no mercado, nas situações de:

a) Prescrição de medicamento com substância ativa para a qual não exista medicamento genérico comparticipado ou para a qual só exista original de marca e licenças;

b) Justificação técnica do prescriptor quanto à insusceptibilidade de substituição do medicamento prescrito.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, são apenas admissíveis justificações técnicas nos seguintes casos:

a) Prescrição de medicamento com margem ou índice terapêutico estreito, conforme informação prestada pelo INFARMED, I. P.;

b) Fundada suspeita, previamente reportada ao INFARMED, I. P., de intolerância ou reação adversa a um medicamento com a mesma substância ativa, mas identificado por outra denominação comercial;

c) Prescrição de medicamento destinado a assegurar a continuidade de um tratamento com duração estimada superior a 28 dias.

4 — As exceções previstas no número anterior são assinaladas pelo prescriptor em local próprio da receita e incluem obrigatoriamente ainda as seguintes menções:

a) «Reação adversa prévia» em relação à alínea b) do número anterior;

b) «Continuidade de tratamento superior a 28 dias» em relação à alínea c) do número anterior.

5 — A prescrição de medicamento comparticipado que inclua a denominação comercial é efetuada através de receita médica, da qual não pode constar a prescrição de outros medicamentos.

6 — Considera -se não verificada a exceção prevista no n.º 2 nas seguintes situações:

**JORNAL OFICIAL**

a) A prescrição de medicamentos ao abrigo da alínea a) do n.º 3 não conforme com a informação disponibilizada pelo INFARMED, I. P.;

b) A inclusão de outros medicamentos na mesma receita em desconformidade com o disposto no n.º 5;

c) A omissão da informação prevista no n.º 4.

7 — A prescrição de medicamentos nos termos das alíneas b) e c) do n.º 3 deve ainda ser adequadamente registada, nomeadamente no processo clínico do doente, para efeitos de monitorização e controlo.

8 — Sempre que a prescrição se destine a um pensionista abrangido pelo regime especial de comparticipação, previsto pelo regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, deve constar na receita a sigla «R» junto dos dados do utente.

9 — Sempre que a prescrição se destine a um utente abrangido por um regime especial de comparticipação de medicamentos em função de patologia, previsto no regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, deve constar na receita a sigla «O» junto dos dados do utente, sendo ainda obrigatória, no campo da receita relativo à designação do medicamento, a menção ao despacho que consagra o respetivo regime.

Artigo 7.º**Prescrição de medicamentos não comparticipados**

1 — À prescrição de medicamentos não comparticipados aplicam-se as regras previstas no artigo 5.º e as definidas nos números seguintes.

2 — A prescrição de medicamentos não comparticipados pode incluir a denominação comercial do medicamento, por marca ou indicação do nome do titular da autorização de introdução no mercado.

3 — Para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 120.º do Decreto -Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 11/2012, de 8 de março, o prescritor indica na receita, as justificações técnicas que impedem o direito de opção do doente em relação ao medicamento prescrito nos seguintes casos:

a) Prescrição de medicamento com margem ou índice terapêutico estreito, de acordo com informação prestada pelo INFARMED, I. P.;

b) Fundada suspeita, previamente reportada ao INFARMED, I. P., de intolerância ou reação adversa a um medicamento com a mesma substância ativa, mas identificado por outra denominação comercial;

c) Prescrição de medicamento destinado a assegurar a continuidade de um tratamento com duração estimada superior a 28 dias.

**JORNAL OFICIAL**

4 — As justificações referidas no número anterior são assinaladas pelo prescritor em local próprio da receita e incluem obrigatoriamente ainda as seguintes menções:

- a) «Reação adversa prévia» em relação à alínea b) do número anterior;
- b) «Continuidade de tratamento superior a 28 dias» em relação à alínea c) do número anterior.

Artigo 8.º**Prescrição excepcional por via manual**

1 — A prescrição de medicamentos pode, excepcionalmente, realizar -se por via manual nas seguintes situações:

- a) Falência do sistema informático;
- b) Inadaptação fundamentada do prescritor, previamente confirmada e validada anualmente pela respetiva Ordem profissional;
- c) Prescrição ao domicílio;
- d) Outras situações até um máximo de 40 receitas médicas por mês.

2 — A exceção prevista na alínea c) do número anterior não é aplicável aos lares de idosos pelo período de um ano após a entrada em vigor da presente Portaria.

3 — Para efeitos do número anterior, o prescritor deve assinalar, em local próprio da receita médica, a alínea aplicável.

4 — A respetiva Ordem profissional do prescritor será notificada das irregularidades de prescrição sempre que sejam detetadas prescrições por via manual realizadas ao abrigo da alínea b) do número anterior sem a confirmação prevista.

5 — A não verificação da situação de exceção não constitui motivo de recusa de pagamento da comparticipação do Estado à farmácia.

Artigo 9.º**Validação da prescrição por via eletrónica**

1 — A receita, resultante da materialização da prescrição por via eletrónica, só é válida se incluir os seguintes elementos:

- a) Número da receita;
- b) Local de prescrição;
- c) Identificação do médico prescritor;
- d) Nome e número de utente ou de beneficiário de subsistema;

**JORNAL OFICIAL**

- e) Entidade financeira responsável;
- f) Se aplicável, referência ao regime especial de comparticipação de medicamentos, nos termos previstos no artigo 6.º;
- g) Denominação comum internacional da substância ativa;
- h) Dosagem, forma farmacêutica, dimensão da embalagem, número de embalagens;
- i) Se aplicável, designação comercial do medicamento;
- j) Se e consoante aplicável a informação nos termos previstos do n.º 4 do artigo 6.º ou n.º 4 do artigo 7.º;
- k) Se aplicável, identificação do despacho que estabelece o regime especial de comparticipação de medicamentos;
- l) Data de prescrição;
- m) Assinatura do prescriptor.

2 — A receita é válida pelo prazo de 30 dias a contar da data da sua emissão, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 — A receita pode ser renovável, contendo até três vias, com o prazo de validade de seis meses para cada via, contado desde a data de prescrição, com a indicação «1.ª via», «2.ª via» e ou «3.ª via».

Artigo 10.º**Vinhetas**

1 — A prescrição de medicamentos por via manual implica a aposição de vinhetas na receita médica referentes à identificação do prescriptor, conforme modelo constante do anexo II da presente portaria.

2 — A prescrição de medicamentos implica também a aposição de vinheta identificativa do local de prescrição, conforme modelo constante do n.º 1 do anexo III da presente portaria.

3 — Sempre que a prescrição referida no número anterior seja dirigida a um pensionista abrangido pelo regime especial de comparticipação, previsto pelo regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, a identificação a que se refere o número anterior é efetuada através de vinheta de cor verde conforme modelo constante do n.º 2 do anexo III da presente portaria.

4 — São aprovados as especificações e os modelos de vinheta de identificação do prescriptor e do local de prescrição, que constam dos anexos I a III da presente portaria, da qual fazem parte integrante.



5 — Os modelos de vinhetas são de edição exclusiva da Imprensa Nacional -Casa da Moeda, S. A.

6 — Cabe à Sudaçor, SA, em articulação com a Direção Regional da Saúde e as ordens profissionais dos prescritores, assegurar a gestão do processo de emissão de vinhetas.

Artigo 11.º

Validação da prescrição por via manual

1 — A receita manual só é válida se incluir os seguintes elementos:

- a) Se aplicável, vinheta identificativa do local de prescrição;
- b) Vinheta identificativa do médico prescritor;
- c) Identificação da especialidade médica, se aplicável, e contacto telefónico do prescritor;
- d) Identificação da exceção nos termos do n.º 2 do artigo 8.º;
- e) Nome e número de utente e, sempre que aplicável, de beneficiário de subsistema;
- f) Entidade financeira responsável;
- g) Se aplicável, referência ao regime especial de comparticipação de medicamentos, nos termos previstos no artigo 6.º;
- h) Denominação comum internacional da substância ativa;
- i) Dosagem, forma farmacêutica, dimensão da embalagem, número de embalagens;
- j) Se aplicável, designação comercial do medicamento;
- k) Se e consoante aplicável a informação nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º ou n.º 4 do artigo 7.º;
- l) Se aplicável, identificação do despacho que estabelece o regime especial de comparticipação de medicamentos;
- m) Data de prescrição;
- n) Assinatura do prescritor.

2 — Não é admitida mais do que uma via da receita manual.

Artigo 12.º

Informação ao utente

1 — No momento da prescrição por via eletrónica é disponibilizada ao utente a guia de tratamento, cujo modelo é aprovado por despacho do membro do Governo responsável pela

**JORNAL OFICIAL**

área da saúde, contendo informação impressa sobre os preços de medicamentos comercializados que cumpram os critérios da prescrição.

2 — No momento de dispensa o farmacêutico, ou seu colaborador devidamente habilitado, deve informar o doente sobre o medicamento comercializado que, cumprindo a prescrição, apresente o preço mais baixo.

Artigo 13.º**Opção do utente**

1 — O utente tem direito de escolha de entre os medicamentos que cumpram a prescrição médica, exceto:

a) Nas situações previstas pelas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 6.º e pelas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 7.º;

b) Em medicamentos comparticipados na situação em que o medicamento prescrito contém uma substância ativa para a qual não exista medicamento genérico comparticipado ou para a qual só exista original de marca e licenças;

c) Em medicamentos não comparticipados, na situação em que o medicamento prescrito contém uma substância ativa para a qual não exista medicamento genérico ou para a qual só exista original de marca e licenças.

2 — Nas situações previstas pela alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º e pela alínea c) do n.º 3 do artigo 7.º, o direito de opção do utente está limitado a medicamentos com preço inferior ao do medicamento prescrito.

3 — O exercício, ou não, do direito de opção do utente, nos termos permitidos pela lei, é demonstrado através da respetiva assinatura, ou de quem o represente, em local próprio da receita médica, no momento da dispensa.

Artigo 14.º**Dispensa de medicamentos**

1 — As farmácias devem ter disponíveis para venda, no mínimo, três medicamentos com a mesma substância ativa, forma farmacêutica e dosagem, de entre os que correspondam aos cinco preços mais baixos de cada grupo homogéneo.

2 — As farmácias devem dispensar o medicamento de menor preço de entre os referidos no número anterior, salvo se for outra a opção do utente.

3 — Nas situações previstas pela alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º e pela alínea c) do n.º 3 do artigo 7.º é vedada às farmácias a dispensa de medicamento com preço superior ao do medicamento prescrito.

**JORNAL OFICIAL**

4 — No ato da dispensa de medicamentos, o farmacêutico, ou quem o coadjuve, deve datar, assinar e carimbar a receita médica, devendo ser impressos informaticamente os respetivos códigos identificadores.

5 — No ato de dispensa de medicamentos contendo uma substância classificada como estupefaciente ou psicotrópica, compreendidas nas tabelas I a II anexas ao Decreto -Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, ou qualquer das substâncias referidas no n.º 1 do artigo 86.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, o farmacêutico verifica a identidade do adquirente e anota no verso da receita impressa o nome, número e data do bilhete de identidade ou da carta de condução, ou o nome e número do cartão de cidadão, ou, no caso de estrangeiros, do passaporte, indicando a data de entrega e assinando de forma legível, sendo ainda aplicável o disposto no n.º 6 do artigo 28.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro.

6 — Para efeitos do número anterior, e para identificação do adquirente, o farmacêutico pode aceitar outros documentos, desde que tenham fotografia do titular, devendo, nesse caso, recolher a assinatura deste.

7 — Se o adquirente, nos casos previsto no número anterior, não souber ou não puder assinar, o farmacêutico consigna essa menção na receita.

8 — As farmácias conservam em arquivo adequado, pelo período de três anos, uma reprodução em papel ou em suporte informático das receitas que incluam medicamentos estupefacientes ou psicotrópicos, ordenadas por data de aviamento.

Artigo 15.º**Controlo do receituário**

1 — A Sudaçor, SA, envia à Direção Regional da Saúde, até ao dia 8 do 2.º mês seguinte àquele a que respeite, a listagem dos dados referentes às receitas materializadas da prescrição por via eletrónica, ou as respetivas vias, que incluam medicamentos dispensados contendo uma substância classificada como estupefaciente ou psicotrópica, compreendidas nas tabelas I a II anexas ao Decreto -Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, ou qualquer das substâncias referidas no n.º 1 do artigo 86.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro.

2 — Para complemento do número anterior, as farmácias e os serviços de saúde públicos e privados enviam à Direção Regional da Saúde, até ao dia 8 do 2.º mês seguinte àquele a que respeite, a listagem referente às receitas materializadas da prescrição por via eletrónica, ou as respetivas vias, que incluam medicamentos dispensados contendo uma substância classificada como estupefaciente ou psicotrópica, compreendidas nas tabelas I a II anexas ao Decreto -Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, ou qualquer das substâncias referidas no n.º 1 do artigo 86.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, da qual constem os dados respeitantes ao adquirente.

**JORNAL OFICIAL**

3 — Para os casos previstos no n.º 1 do artigo 8.º, as farmácias e os serviços de saúde públicos e privados enviam à Direção Regional da Saúde até ao dia 8 do mês seguinte àquele a que respeite, fotocópia da receita manual com medicamentos dispensados contendo uma substância classificada como estupefaciente ou psicotrópica, compreendidas nas tabelas I a II anexas ao Decreto -Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, ou qualquer das substâncias referidas no n.º 1 do artigo 86.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro.

4 — A Direção Regional da Saúde, transmite ao serviço de saúde competente ou à Ordem dos Médicos e Ordem dos Médicos Dentistas, consoante a prescrição tenha sido efetuada no exercício de funções públicas ou privadas, as situações que registe no controlo de receituário, de consumo individual anormal de medicamentos contendo uma substância classificada como estupefaciente ou psicotrópica.

Artigo 16.º

Normas técnicas

1 — A Direção Regional da Saúde e a Saudaçor, SA, em articulação com a ACSS, definem as normas técnicas relativas à prescrição, dispensa, conferência, e identificação do prescriptor e do utente, e a calendarização e especificações técnicas para inclusão faseada da informação prevista nos n.ºs 1 e 8 do artigo 5.º.

2 — A Direção Regional da Saúde publica no Portal do Governo dos Açores, as especificações dos sistemas informáticos de prescrição por via eletrónica de medicamentos, incluindo prazos de implementação, prazos de adaptação e procedimentos relativos à declaração de conformidade, após definição efetuada pela Saudaçor, SA em articulação com a ACSS.

Artigo 17.º

Programas informáticos de prescrição por via eletrónica

1 — As normas, requisitos e especificações dos sistemas informáticos de prescrição por via eletrónica de medicamentos têm em atenção a adoção as medidas técnicas e organizativas adequadas à segurança e proteção dos dados, e são precedidas de parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

2 — Os sistemas informáticos referidos no número anterior não devem, em caso algum, publicitar ou, por qualquer modo, veicular publicidade a medicamentos ou produtos de saúde.

3 — A utilização dos sistemas informáticos está dependente da apresentação de declaração de conformidade do respetivo fornecedor junto da ACSS.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 18.º

Disposições transitórias

1 — A adaptação dos sistemas de prescrição, de dispensa e de conferência ao disposto na presente portaria ocorre no prazo máximo de 90 dias após a publicação das normas técnicas previstas no artigo 16.º

3 — Até ao término do prazo referido no número anterior, o disposto na presente portaria é aplicado de forma adaptada às prescrições por via eletrónica, sendo todas as prescrições consideradas como realizadas por denominação comum internacional da substância ativa do medicamento prescrito, independentemente de poder figurar uma designação comercial do medicamento.

4 — Até ao término do prazo referido no n.º 2 utilizam-se, com as adaptações constantes do n.º 5:

a) Na prescrição por via eletrónica, o modelo de receita eletrónica que consta do anexo I da Portaria n.º 70/2011, de 4 de agosto;

b) Na prescrição por via manual, o modelo de receita médica que consta do anexo II da Portaria n.º 70/2011, de 4 de agosto.

5 — Até ao término do prazo referido no n.º 2 e para efeitos das justificações previstas no n.º 3 do artigo 6.º e no n.º 3 do artigo 7.º da presente portaria, o prescriptor coloca, no ato de prescrição, a palavra «Exceção» seguida de identificação da respetiva alínea e da informação, se aplicável, prevista no n.º 4 do artigo 6.º e n.º 4 do artigo 7.º

6 — Para efeitos do número anterior, deverá ser utilizado o espaço de escrita livre junto ao medicamento prescrito.

7 — Até ao término do prazo referido no n.º 2 e para efeitos do n.º 3 do artigo 13.º, o utente assinala o seu direito de opção apondo a sua assinatura no verso da receita com a menção «Direito de opção».

8 — A utilização dos modelos de vinhetas aprovados nos termos da presente portaria será efetuada a partir da data a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde.

9 — Até 30 dias após termo do prazo previsto no n.º 2, as farmácias podem aceitar receitas médicas prescritas de acordo com as adaptações previstas no presente artigo.

10 — Após o termo do prazo previsto no n.º 2 do presente artigo caducam automaticamente todas as certificações, ou declarações de conformidade, dos programas de prescrição eletrónica emitidos na sequência da Portaria n.º 70/2011, de 4 de agosto.

11 — Após o termo do prazo previsto no n.º 2 não podem ser utilizados programas de prescrição eletrónica que não cumpram o disposto na presente portaria.

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 19.º

Norma revogatória

É revogada a Portaria n.º 70/2011, de 4 de agosto.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional da Saúde.

Assinada em 4 de julho de 2012.

O Secretário Regional da Saúde, *Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia*.

Anexo I**Especificações técnicas das vinhetas**

a) Papel autoadesivo.

b) Formato 45 mm × 25 mm.

c) Impressão offset a uma cor com conceção gráfica de segurança (fundo). As vinhetas previstas no anexo III apresentam um fundo de cor azul no n.º 1 e um fundo de cor verde no n.º 2.

d) Impressão a preto das seguintes referências: Código alfanumérico único por vinheta e correspondente código de barras;

Nome de médico e número de cédula profissional respetiva ou nome de local de prescrição e código respetivo.

e) Imagem holográfica 8 mm × 8 mm no canto superior direito da vinheta, com repetição de imagem logótipo do Serviço Regional de Saúde, em película metálica prateada.



Anexo II

Modelo de vinheta identificativa do prescritor

Vinhetas do prescritor Pantone 305 U



ANEXO III

Modelo de vinheta de identificação do local de prescrição

1 — Vinhetas de local de prescrição

Referência cromática — *Pantone 305 U*





2 — Vinhetas de local de prescrição —

Regime especial de comparticipação de medicamentos para pensionistas

Referência cromática — *Pantone 374 U*

